

7 — Áreas funcionais — as funções serão desempenhadas nas seguintes áreas: licenciamento do comércio externo, gestão aduaneira, impostos especiais sobre o consumo, prevenção e repressão da fraude, formação e recursos financeiros.

8 — Local de trabalho — as funções são exercidas nos Serviços Centrais da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo ou em qualquer um dos seus serviços periféricos.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento a solicitar a admissão ao concurso, dirigido à directora-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o júri do concurso interno de acesso para a categoria de assistente administrativo especialista, Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, 1149-006 Lisboa.

9.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação do candidato (nome, estado civil, data de nascimento e número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e número de telefone;
- Habilitações literárias;
- Situação profissional, com indicação da categoria e da antiguidade na categoria, na carreira e na função pública.

9.3 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- Curriculum profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários para melhor esclarecimento do júri, os seguintes: habilitações literárias e profissionais, cursos realizados e participações em acções de formação e respectiva duração, funções que exercem e exerceram e respectivos tempos de permanência;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Declaração passada pelo serviço competente, donde conste a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Documento comprovativo das classificações de serviço dos últimos três anos, com indicação expressa da respectiva pontuação;
- Documento comprovativo das habilitações profissionais, dos cursos e das acções de formação.

10 — Os candidatos pertencentes ao quadro da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo estão dispensados da apresentação dos documentos que constem dos respectivos processos individuais.

11 — O júri poderá solicitar aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos dos elementos indicados nos currículos e que não constem dos respectivos processos de candidatura e ou dos processos individuais.

12 — Métodos de selecção — os candidatos serão seleccionados mediante avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

12.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

13 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas nas instalações da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, em Lisboa.

14 — Constituição do júri — o júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Maria Manuela Esteves, chefe de divisão de Produtos Agrícolas.

Vogais efectivos:

Licenciada Carla Isabel Ferreira Azevedo Nunes, segundo-verificador superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Licenciada Maria Ivone da Silva Ramalho, segundo-verificador superior.

Vogais suplentes:

Licenciada Catarina Osório Saldanha Nunes, técnica superior de 1.ª classe.

Licenciada António José Fernandes Teixeira, técnico superior de 2.ª classe.

26 de Abril de 2005. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 4848/2005 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos e do secretário-geral-adjunto do Ministério da Educação de 10 de Março e de 6 de Abril de 2005, respectivamente:

Maria Isabel Froes Ribeiro Garcia Madeira, assistente administrativa especialista do quadro do Ministério da Educação — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afectada à Direcção de Finanças de Lisboa.

Por despacho da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos e do presidente do conselho directivo do Instituto Nacional de Emergência Médica de 10 de Março e de 6 de Abril de 2005, respectivamente:

Paula Cristina Cravo Francisco Brás, assistente administrativa do quadro do Instituto Nacional de Emergência Médica — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afectada à Direcção de Finanças de Santarém.

Por despacho da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos e do director do Instituto da Segurança Social, I. P., de 18 de Março e de 19 de Abril de 2005, respectivamente:

Isabel Maria Martins Ferreira Coutinho, assistente administrativa do quadro do Instituto da Segurança Social, I. P. — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afectada à Direcção de Finanças de Vila Real.

Por despacho da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos e do presidente do conselho de administração do Hospital de São Marcos de 11 de Março e de 13 de Abril de 2005, respectivamente:

Manuela Alexandra Oliveira da Cruz, assistente administrativa do quadro do Hospital de São Marcos — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Junho de 2005, ficando afectada à Direcção de Finanças de Braga.

(Isento de fiscalização prévia.)

26 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 4849/2005 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos e do director-geral do Tesouro de 22 de Fevereiro e 19 de Abril de 2005, respectivamente:

Maria de Lurdes Feitais Vieira, assistente administrativa especialista do quadro da direcção-Geral do Tesouro — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afectada aos Serviços Centrais.

Por despacho da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos e do director-geral do Tesouro de 25 de Fevereiro e 19 de Abril de 2005, respectivamente:

Vítor Manuel Fonseca Ferreira, assistente administrativo especialista do quadro da Direcção-Geral do Tesouro — transferido para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afecto aos Serviços Centrais. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 4850/2005 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral, em substituição do director-geral dos Impostos, de 21 de Abril de 2005, e na sequência da publicação da Portaria n.º 257/2002, de 16 de Março, são reclassificados, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, na categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, os chefes de repartição a seguir indicados e são extintos nove lugares de chefes de repartição, constantes do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro, criando, em substituição, idêntico número de lugares de técnico superior de 1.ª classe, da referida carreira, ficando colocados nos serviços que se indicam:

António Manuel L. Alves Martins — D. F. Braga.
Margarida Guilhermina C. Ligeiro Santos — D. F. Lisboa.
Maria Fernanda Sousa Dias — D. F. Coimbra.
Lucília Maria Rebocho Serra — D. F. Santarém.
José da Fonseca Pereira da Silva — D. F. Aveiro.
Maria Helena Henriques Coutinho — D. F. Guarda.
Maria Filomena Neves S. Cavalleri — D. F. Portalegre.

Carlos Manuel Marinhos Lopes — D. F. Ponta Delgada.
 Maria Conceição Rodrigues Pinto Azevedo — D. F. Funchal.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Rectificação n.º 780/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 4422/2005 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 26 de Abril de 2005, a p. 6596, rectifica-se que onde se lê «*Delegação de competências.* — Ao abrigo do artigo 94.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, venho solicitar que por autorização do director-geral dos Impostos me seja autorizado delegar nos adjuntos colocados no Serviço de Finanças de Sintra 4 (3166), relativamente aos serviços e áreas a seguir indicados, a competência para a prática dos seguintes actos:» deve ler-se «*Delegações de competências.* — Ao abrigo do disposto nos artigos 62.º da lei geral tributária e 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego nos chefes de finanças-adjuntos do Serviço de Finanças de Sintra 4, relativamente aos serviços e áreas a seguir indicados, a competência para a prática dos seguintes actos:».

26 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Aviso n.º 4851/2005 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso misto para provimento de 46 lugares da categoria de assistente administrativo principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), aberto pelo aviso n.º 8441/2004 (2.ª série), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 199, de 24 de Agosto de 2004.* — 1 — Nos termos do n.º 6 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que o projecto da lista de classificação final e a acta que define os respectivos critérios relativos ao concurso em epígrafe se encontram afixados nas instalações desta Direcção-Geral, sitas na Praça de Alvalade, 8 e 18, em Lisboa.

2 — De acordo com o n.º 1 do citado artigo 38.º, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso na 2.ª série para dizerem, por escrito, o que se lhes oferecer sobre a classificação final e ordenação dos candidatos, podendo o processo de concurso ser consultado na Praça de Alvalade, em Lisboa, na Direcção de Serviços de Administração desta Direcção-Geral, de segunda-feira a sexta-feira, das 10 horas 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos.

27 de Abril de 2005. — O Presidente do Júri, *Eliseu Gonçalves Fernandes*.

Direcção-Geral do Tesouro

Rectificação n.º 781/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 14 de Abril de 2005, o aviso n.º 3999/2005 (2.ª série), a pp. 6003 e 6004, divulgando a abertura de concurso interno de acesso misto para o preenchimento de quatro lugares de especialista de informática do grau 2, nível 1, da carreira de especialista de informática do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro, rectifica-se que, no n.º 1, onde se lê «se encontra aberto, pelo prazo de sete dias úteis contados da data de afixação do presente aviso» deve ler-se «se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação no *Diário da República* do presente aviso» e no n.º 9, onde se lê «dirigido à directora-geral do Tesouro e entregue em mão no Serviço de Gestão de Recursos Humanos desta Direcção-Geral» deve ler-se «dirigido ao director-geral do Tesouro e entregue em mão no Serviço de Gestão de Recursos Humanos desta Direcção-Geral».

É dado um novo prazo de candidatura de 10 dias úteis contados a partir da publicação da presente rectificação no *Diário da República*, 2.ª série.

São consideradas as candidaturas que foram entregues tempestivamente por força do aviso de abertura, que ora se rectifica, do aludido concurso interno de acesso misto para especialista de informática do grau 2, nível 1, da carreira de especialista de informática. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *José Castel-Branco*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10 161/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o primeiro-sargento E 192979, Alberto Mateus da Costa, por um período de 180 dias, em substituição do primeiro-sargento E 313075, Víctor Manuel Correia Cardoso, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 2, «Componente naval das F-FDTL», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Abril de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 10 162/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o sargento-ajudante INF NIM 06251383, Manuel F. Trindade Martins, por um período de 180 dias, em substituição do sargento-ajudante INF NIM 14381284, Luís Alberto Ferreira Gaio, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 3, «Componente terrestre das F-FDTL» inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Abril de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 10 163/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o primeiro-sargento INF NIM 14627189, António José da Conceição Vinagre, por um período de 180 dias, em substituição do primeiro-sargento INF NIM 12333286, Rui Guardado da Silva, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 3, «Componente terrestre das F-FDTL», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Abril de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 10 164/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o major INF NIM 12488481, Francisco José Nogueira dos Santos Mendes, por um período de 30 dias, com início em 7 de Abril de 2005, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 2, «Instituto Superior de Ensino Militar», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Abril de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 10 165/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o major INF NIM 06672988, Rui Alexandre Ramos Silva, por um período de 365 dias, em substituição do major INF NIM 11794785, Francisco José Ferreira Duarte, para desempenhar funções de assessoria técnica no